

Lição 3

Minor Doubts on the Dissolution of Friendship

Há, porém, uma dúvida também acerca disto: se se devem ou não dissolver as amizades para com os que não permanecem os mesmos. [1785]

Ou, para com aqueles que são amigos por causa do útil ou por causa do deleitável, quando já não têm mais isto, nada de inconveniente há em que se dissolva: pois eram amigos daquelas coisas, faltando as quais é razoável não amar. [1786]

Alguém, porém, com efeito, acusará se aquele que ama por causa do útil ou por causa do deleitável simular amar por causa do caráter. Pois, como dissemos no princípio, surgem muitas divergências entre os amigos quando não são amigos do modo como julgam ser. Quando, portanto, alguém se engana e suspeita ser amado por causa do caráter, sem que o outro faça nada de tal, acuse a si mesmo; quando, porém, é enganado pela simulação daquele, é justo acusar o que engana, e mais do que aos que falsificam a moeda, quanto a malícia é acerca de algo mais honroso a má operação de outro. [1787]

Se, porém, alguém for aceito como bom, mas se tornar mau e assim parecer, deve-se ainda amá-lo? [1789]

Ou não é possível, se é que nem tudo é amável, mas o bom. Nem convém; pois não convém ser amante do mau nem assemelhar-se ao depravado. E foi dito que o semelhante é amigo do semelhante. [1790]

Deve-se, portanto, dissolver imediatamente? [1791]

Ou não para com todos, mas para com os que são incuráveis por causa da malícia. Aos que, porém, têm emenda deve-se mais ajudar quanto ao caráter do que quanto aos bens, tanto quanto isso é melhor e mais próprio da amizade. Parecerá, porém, com efeito, que aquele que dissolve nada de inconveniente faz; pois não era amigo deste ou de tal, e assim, tornado outro e não podendo salvá-lo, afasta-se. [1792]

Se, porém, um permanecer o mesmo, mas o outro se tornar mais virtuoso e diferir muito em virtude, deve-se usar do amigo? [1793]

Ou não é possível. Numa grande distância, porém, torna-se sobretudo manifesto, por exemplo, naquelas amizades que vêm da infância; pois, se um permanecer criança segundo a mente, mas o outro for varão como o melhor possível, de que modo, com efeito, serão amigos, não se agradando das mesmas coisas nem alegrando-se e entristecendo-se juntos? Pois nem essas coisas existirão entre eles um para com o outro, e, sem elas, não era possível serem amigos; pois não é possível conviver. E disto já se falou. [1794]

Deve-se, portanto, comportar-se para com ele de modo em nada mais alheio do que se nunca tivesse sido amigo? [1795]

Ou, se é preciso ter memória do trato havido e, assim como julgamos que se deve ser mais generoso para com os amigos do que para com os estranhos, assim também deve-se atribuir algo aos que outrora foram amigos por causa da amizade antes existente, quando a dissolução não se der por causa da superabundância da malícia. [1796]

1785. Há, porém, uma dúvida etc. Depois de o Filósofo ter determinado acerca daquilo que diz respeito à conservação da amizade, aqui determina aquilo que concerne à sua dissolução.

E acerca disto faz duas coisas:

primeiro, indaga quando se deve dissolver a amizade;

em segundo lugar, mostra de que modo o homem deve comportar-se para com o amigo depois da dissolução da amizade, ali: **deve-se, portanto, em nada mais alheio** etc.

Acerca do primeiro ponto faz duas coisas:

primeiro, indaga acerca da dissolução da amizade para com aqueles que mudam da condição anterior;

em segundo lugar, acerca da dissolução da amizade para com aqueles que permanecem no mesmo estado, ali: **se, porém, um permanecer o mesmo** etc.

Acerca do primeiro ponto faz três coisas:

primeiro, propõe a dúvida;

em segundo lugar, apresenta a solução quanto à amizade do útil e do deleitável, ali: **ou, para com aqueles** etc.;

em terceiro lugar, quanto à amizade que é por causa da virtude, ali: **se, porém, alguém for aceito** etc.

Diz, portanto, primeiro que há dúvida se se deve ou não dissolver a amizade para com aqueles que não permanecem na mesma condição segundo a qual eram amigos.

1786. Em seguida, quando diz **ou, para com aqueles** etc., resolve a dúvida quanto à amizade do útil ou do deleitável.

E, primeiro, mostra de que maneira as amizades desse tipo se dissolvem;

segundo, mostra como a respeito delas surgem acusações justas, em: **mas alguém acusará** etc.

Diz, portanto, primeiro que não é inconveniente que se dissolva a amizade em relação àqueles que são amigos por causa do útil ou por causa do agradável, quando cessa a utilidade ou o deleite; pois, segundo essas amizades, os homens amam o deleite e a utilidade, não as pessoas dos homens por si mesmas, donde, faltando a utilidade ou o deleite, é razoável que cesse a amizade.

1787. Em seguida, quando diz: **mas alguém acusará** etc., mostra como a respeito das amizades desse tipo surgem justamente acusações. E diz que justamente alguém acusará aquele que, amando por causa da utilidade ou do deleite, simula amar por causa da virtude moral. Pois, como se disse no princípio deste tratado, há várias diferenças de amizade, donde pode acontecer que alguns não sejam amigos e não sejam considerados sê-lo do mesmo modo, isto é, segundo uma só espécie de amizade, por exemplo, se são amigos por causa da utilidade e são considerados sê-lo por causa da virtude. E, nesse caso, se aquele que se considera amado por causa da virtude é enganado por si mesmo, de modo que aquele que o ama nada faz para tal engano, aquele que foi enganado deve queixar-se contra si mesmo;

1788. mas, quando é enganado pela simulação do outro, é justo que acuse o que engana muito mais do que os que falsificam a moeda, na medida em que a malícia daquele que simula a virtude consiste numa operação que diz respeito a coisa mais honorável; pois muito mais honorável é a virtude do que o dinheiro, donde os que falsamente simulam a virtude são mais malignos do que os que forjam moeda falsa.

1789. Em seguida, quando diz: **se, porém, alguém acolhe** etc., resolve a questão referida quanto à amizade que é segundo a virtude.

E, primeiro, mostra que em relação àqueles que não permanecem na virtude a amizade deve ser dissolvida;

segundo, de que modo deve ser dissolvida, em: **por conseguinte, se acaso** etc.

A respeito do primeiro, faz duas coisas.

Primeiro, retoma a questão. Pois, se alguém acolhe à sua amizade outrem como bom e depois este se torna mau, de modo que sua malícia apareça manifestamente, a questão é se deve depois ser amado.

1790. Segundo, em: **ou não é possível** etc., resolve esta questão. E diz duas coisas,

das quais uma é: que não é possível que aquele cuja malícia se manifesta seja amado pelo virtuoso, pois ao virtuoso não pode ser amável qualquer coisa, mas somente o bem honesto.

A segunda é que não convém que aquele que já se tornou mau seja amado; isto é, não é útil nem decente, pois não convém que o homem ame o mal nem se assemelhe ao homem depravado. E isso se seguiria se se conservasse a amizade em relação àquele que é mau: pois se disse acima que o semelhante é amigo do semelhante, e assim não pode acontecer que por muito tempo se conserve a amizade em relação ao mau, a não ser que haja alguma semelhança de malícia.

1791. Em seguida, quando diz: **por conseguinte, se acaso** etc., mostra de que modo tal amizade deve ser dissolvida.

E, primeiro, propõe a questão, a saber, se o homem deve imediatamente dissolver a amizade em relação àquele que se tornou mau.

1792. Segundo, em: **ou não em todos** etc., resolve a questão. E diz que isso não deve ser feito em todos, de modo que imediatamente se dissolva a amizade, mas somente naqueles que, por causa da grandeza da malícia, são incuráveis, isto é, não podem ser facilmente reconduzidos ao estado de virtude. Se, porém, há alguns que aceitem a direção, de modo que possam ser reconduzidos ao estado de retidão, deve-se prestar-lhes mais auxílio para recuperar os bons costumes do que para recuperar a substância perdida, na medida em que a virtude é melhor e mais própria da amizade do que o dinheiro. Ora, quando alguém dissolve a amizade em relação àquele que se tornou mau, não parece fazer algo inconveniente, pois não era amigo deste ou de tal, isto é, do vicioso, mas do virtuoso, e por isso, uma vez que se alterou de sua primeira disposição, o amigo que não pode reconduzi-lo à salvação convenientemente se afasta de sua amizade.

1793. Em seguida, quando diz: **se, porém, um** etc., trata da dissolução da amizade (em relação àqueles que permanecem no mesmo estado).

E, primeiro, levanta a questão. Pois, se um dos amigos permanece no antigo estado, mas o outro se torna mais virtuoso, de modo que se faça grande diferença de virtude entre ambos, a questão é se aquele que progrediu na virtude deve usar como amigo aquele que não progrediu.

1794. Segundo, em: **ou não acontece** etc., resolve a questão. E diz que isso não é possível, a saber, que aquele que progride conserve a amizade em relação ao que não progride. E isso aparece sobretudo na grande distância dos amigos, por exemplo, nas amizades que se fazem desde a infância; pois, se um permanece criança quanto à mente, mas o outro se torna ótimo varão, não poderão permanecer amigos, visto que não se comprazem nas mesmas coisas nem se alegram e se entristecem com as mesmas coisas, e sem isso não se pode conservar a amizade, para a qual se requer sobretudo que os amigos convivam; ora, não podem conviver uns com os outros a não ser que as mesmas coisas lhes agradem e com as mesmas coisas se alegrem e se entristeam. E disso se falou acima.

1795. Em seguida, quando diz: **por conseguinte, se acaso em nada** etc., investiga como alguém deve comportar-se em relação ao amigo depois da dissolução da amizade.

E, primeiro, levanta a questão, a saber, se, depois da dissolução da amizade, o homem em nada deve comportar-se de modo mais alheio ou mais familiar em relação ao amigo do que se nunca no passado tivesse sido amigo.

1796. Segundo, em: **se, porém, a memória** etc., resolve a questão. E diz que, porque convém ter memória do trato passado, assim como julgamos que o homem deve mais oferecer algo aos amigos do que aos estranhos, assim também, em relação àqueles que no passado foram amigos, o homem deve oferecer-se mais por causa da amizade passada, exceto num caso, a saber, quando, por causa de abundante malícia, se fez a dissolução da amizade; então, com efeito, o homem em

nada deve oferecer-se de modo mais familiar àquele com quem dissolveu a amizade.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:07:26 by Admin

Updated 11 October 2026 19:07:26 by Admin